



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**

ATA DA 3ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA - RAE / 2018

No dia dois de outubro do ano de dois mil e dezoito, às 14h, na sala de reunião da Diretoria-Geral do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, no 13º andar, da Avenida do Contorno n. 4631, reuniram-se os seguintes integrantes do Grupo Estratégico, Paulo Sergio Barbosa Carvalho, Diretor-Geral, Telma Lúcia Bretz Pereira, Diretora Judiciária; Douglas Eros Pereira Rangel, Secretário-Geral da Presidência; Eliana Greco de Vasconcelos, representando a Corregedoria Regional, Vinicius Moreira de Lima, Assessor da Vice-Corregedoria Regional; Júnia Paula Fernandes de Oliveira, representando a Diretora de Administração; Sheyla de Campos Mendes, Diretora de Gestão de Pessoas, Lucineide Pimentel Teixeira, Secretária de Comunicação Social; Gilberto Atman Picardi Faria, Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicações; Debora Melo Mansur, representando a Secretária da Escola Judicial; Luciana Correa Cruz Hahne, representando a Diretora de Orçamento e Finanças. Convidada a Dra. Wilméia da Costa Benevides, Juíza Diretora do Foro de Belo Horizonte. Além dos integrantes do grupo estratégico acima mencionados, participaram também: André Luiz Morais Mascarenhas, Secretário de Licitações e Contratos, Antônio Claudio dos Santos Rosa, Olavo de Oliveira Dantas e Juliano Andrade Maria da Secretaria de Controle Interno, Marina Milagres Braz de Vasconcelos da Diretoria de Gestão de Pessoas, Ana Rita Goncalves Lara, Diretora de Administração, Bruno Pereira Torrozo, Erika Goulart Santos, Igor Daniel Costa Jones, Ludmila Azalim Rodrigues da Costa, Patrícia Helena dos Reis e Victor Aubin Verzani Souza, servidores da Secretaria de Gestão Estratégica. Denise Maria Reis Grego, Secretária de Apoio Judiciário justificou para a Secretária de Gestão Estratégica que em virtude do acúmulo de atribuições e a indisponibilidade de servidores, não poderia comparecer e/ou indicar substituto. Os trabalhos foram abertos pela Chefe da Seção de Planejamento e Estatística, Patrícia Helena dos Reis, que agradeceu a presença de todos e apresentou a pauta: Deliberações da RAE anterior – item 1; Análise Estatística; Acompanhamento de metas nacionais; Revisão do Plano Estratégico 2015/2020 e Resultados do 2º quadrimestre de 2018. Na sequência, Patrícia Reis esclareceu que para dar agilidade à reunião as providências tomadas em relação às deliberações da RAE anterior em sua integralidade foram encaminhadas por email e que qualquer dúvida a SEGE está à disposição para oferecer os esclarecimentos necessários e passou a palavra para o Secretário de Licitações e Contratos que dispôs sobre o item 1



PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

da supracitada deliberação “Levantar prazos de tramitação dos processos licitatórios, nas diversas unidades, de janeiro de 2017 a agosto de 2018”. André Luiz Morais Mascarenhas esclareceu que o levantamento foi realizado tendo por base o desmembramento pelas áreas em que processo licitatório - pregão eletrônico tramita, computando o número de dias. Verificou-se que o tempo de permanência em cada unidade é variável e por múltiplos motivos (recesso intercalado, recurso, pregão foi repetido após fracasso ou deserção, arquivado por desistência do demandante, registros de prazos após aprovação do Cgov-TIC, registros de prazos após nova decisão de contratar, suspensão do PE para nova instrução e adequação à IN5, reunião de dois processos de aquisição, impugnação do edital, dentre outros), dificultando a identificação de possíveis gargalos. Destacou, ainda, que fatores externos interferem no alcance dos resultados, pois muitas situações fogem da possibilidade de governabilidade do TRT-MG. Patrícia Reis ressaltou, que quando da formulação do indicador a intenção foi de induzir um comportamento das unidades de forma a atingir a recomendação do CSJT de que o tempo médio de tramitação de um processo licitatório deveria ficar em torno de 120 dias. Gilberto Atman asseverou que em dadas situações as regras do jogo são alteradas durante a tramitação processual, com exigências extras, o que gera retrabalho e atraso nas contratações, com consequente dilação dos prazos, o que contou com a anuência de André Mascarenhas. Considerando o disposto e no intuito de aprimorar o processo de aquisição o Secretário de Licitações e Contratos fez as seguintes sugestões: 1) arquivar processos e abrir novos, finalizando um e-PAD com a possibilidade de associação do anterior, permitindo a transparência dos atos administrativos, com destaque para os casos de licitação fracassada, deserta e processos com nova instrução, pois a duração se estende demais, o que contou com a anuência do Diretor-Geral, sobretudo em virtude das informações que instruem o processo com data maior que seis meses estarem impróprias para quaisquer contratações; 2) dar andamento aos processos durante o período de recesso de forma a não interromper o ritmo dos trabalhos; 3) treinar servidores para estarem aptos para elaboração dos estudos preliminares e termos de referência, demonstrando a disponibilidade dos servidores da SELC em instruir os demais colegas, quando necessário. Paulo Sérgio Barbosa Carvalho demonstrou preocupação com a formação deficitária dos gestores e servidores em relação à matéria, reforçando a necessidade das unidades de apoio fornecerem suporte, na intenção de amenizar os impactos da descontinuidade administrativa; e 4) fomentar junto as unidades a importância de se encaminhar o maior número de proposições de contratações no primeiro semestre,



PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

quando a fila para exame de processos é menor e com isso abre a possibilidade de acelerar a tramitação. A Diretora de Administração informou que o Projeto Estratégico “Otimização do Processo de Aquisição” terá como última entrega um manual de aquisições, bastante didático, que terá conteúdo detalhado e com instruções claras. Esclareceu que o citado manual está em fase final de elaboração e será encaminhado em outubro para homologação do Diretor-Geral. Comunicou, ainda, que os treinamentos fornecidos pelo servidor Victor Emílio Feital Soares foram gravados e serão editados pela Escola Judicia e disponibilizados para futuras capacitações em EAD. Ato contínuo, o estatístico, Victor Aubin Verzani Souza, apresentou dados coletados no Sistema e-Gestão que sintetizaram as estatísticas apuradas nas 1ª e 2ª instâncias deste Tribunal para o período de 17 a 21 de setembro de 2018, a saber: 1º slide - produtividade na fase de conhecimento, verificou-se uma queda significativa nos casos novos e na taxa de solução de processos solucionados sem exame de mérito, e também se observou um crescimento na taxa de finalização, que é a quantidade de processos finalizados dividido pelos casos novos, resultados esses que aconteceram em virtude da grande queda no recebimento processual; 2º slide - acervo na fase de conhecimento, verificou-se queda expressiva nos processos pendentes de solução, de baixa e de finalização, assim como nos processos baixados. Destacou que a queda no acervo reflete os efeitos da queda de recebimento processual. Outro ponto destacado foi a queda não expressiva na taxa de congestionamento, que não acompanhou a queda do acervo e dos processos baixados; 3º - fase de liquidação, observou-se uma queda na taxa de finalização, enquanto se teve um aumento na taxa de congestionamento, nos processos pendentes de finalização e na liquidação iniciada, o que faz muito sentido, pois são variáveis diretamente proporcionais e inversamente proporcionais à taxa de congestionamento. Nessa fase não se verificou impacto em razão da queda de casos novos; 4º slide - fase de execução, foi a fase que apresentou os melhores resultados, obteve-se um crescimento muito expressivo na taxa de finalização e nas execuções baixadas e finalizadas e uma queda significativa na respectiva taxa de congestionamento e também aumento nas execuções iniciadas. Aqui também não se observou um reflexo da baixa movimentação processual; 5º slide - prazo médio no 1º grau, notou-se um crescimento expressivo nos prazos do ajuizamento da ação até a prolação da sentença e até o arquivamento definitivo, e também para o prazo do início até a extinção da execução. Em relação aos prazos de “início à extinção da execução” e “do ajuizamento ao arquivamento”, há indícios de que o aumento pode ter associação com os recentes lançamentos feitos pelas varas a fim de corrigir erros de



PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

lançamento; 6º slide - 2º grau, observou-se um aumento expressivo na quantidade de processos baixados, assim como nos pendentes de solução e de baixa. Ressaltou-se uma pequena queda na taxa de congestionamento; 7º slide - prazo médio - 2º grau, verificou-se um aumento muito expressivo no prazo da autuação até a baixa, e uma queda significativa no prazo da autuação até julgamento; 8º slide - reflexo da reforma trabalhista no primeiro grau, foi feito um estudo comparando a partir de dezembro/17 até agosto/18 (período em que foi oficializada a reforma) a fim de mensurar a variação percentual nesses meses com os respectivos meses anteriores a reforma. Notou-se uma queda muito expressiva em todos esses meses, fortalecendo as evidências de que essas quedas continuarão a acontecer nos próximos meses e 9º slide - reflexo da reforma trabalhista no segundo grau, foi feito esse mesmo estudo para a segunda instância e não se observou um impacto da reforma trabalhista em seu recebimento processual. Na sequência, Patrícia Reis lembrou que a contar de julho de 2018 os TRTs passaram a informar ao CSJT sobre as iniciativas tomadas para o cumprimento das metas nacionais, por meio do preenchimento das planilhas de acompanhamento de metas que foram inseridas no SIGEST em 20.07.2018, destacando a obrigatoriedade de atualização trimestral. Ficou acordado que Patrícia Reis encaminhará a versão inserida no citado sistema para atualização e que as planilhas devidamente ajustadas deverão ser enviadas para planejamento@trt3.jus.br até o dia 19.10.2018. Ressaltou-se, ainda, a importância do preenchimento do campo “Análise do resultado alcançado no período”. Passou-se a avaliar as propostas de revisão do Plano Estratégico 2015/2020, a saber: I) alterar a redação do objetivo estratégico “estimular a prevenção e a conciliação de conflitos”, para estratégico “estimular a conciliação de conflitos”; II) alterar as metas do indicador 11 - Taxa de Congestionamento – 2º grau; III) excluir o indicador 13 - Tempo médio de duração do processo de execução contra ente privado, considerando que o indicador compõe a análise do indicador 14 e isoladamente distorce a realidade institucional de diminuição progressiva na taxa de congestionamento na fase de execução, não comunicando adequadamente o nosso progresso. Além disso, a aferição do tempo médio fica distorcida toda vez que se faz o saneamento de processos antigos; IV) excluir o indicador 16 - Número de ações voltadas à prevenção da judicialização, em razão da alteração do objetivo supracitado. Patrícia Reis informou que as propostas de alteração supramencionadas foram discutidas individualmente como o Desembargador Vice-Corregedor que tomou ciência da matéria e solicitou que os detalhes fossem apresentados para avaliação da Comissão de Gestão Estratégica; V) Alterar os



PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

indicadores 25, 26 e 33 – IGOV, IGOV TI e IGOV Pessoas respectivamente em razão da modificação da composição dos iGov pelos TCU e do glossário de indicadores por parte do CSJT; VI) alterar os indicadores 59 - Percentual de recursos comprometidos com o desenvolvimento e sustentação do Sistema PJe-JT e 60 - Percentual de recursos comprometidos com o desenvolvimento, implantação e sustentação dos Sistema Administrativos Nacionais, considerando a criação de novas Seções na Secretaria de Sistemas – SESIS em virtude da reestruturação administrativa Resolução n. 90/2017; VII) alterar o indicador 30 - Percentual de cargos de Juiz substituto vagos. O Secretário Geral da Presidência expôs que muitas são as situações alheias à vontade do TRT3 impossibilitando o cumprimento das metas conforme previsto: 1) cancelamento do concurso Edital 01/2015; 2) edição da Resolução Administrativa TST n. 1861/2016, o Concurso para ingresso na carreira da Magistratura do Trabalho foi obrigatoriamente alçado à competência do Tribunal Superior do Trabalho; 3) edição da Resolução Administrativa TST n. 1976/2018, a adesão ao Concurso Nacional Unificado se tornou optativa para os TRTs. Apresentou a seguinte proposta de revisão: 2018: 19%, 2019: 14% e 2020: 11%; VIII) excluir o indicador 31 - Percentual de servidores que não concluem o estágio probatório. Sheyla de Campos Mendes esclareceu que o indicador não cumpre papel relevante para impulsionar o objetivo e nem, no campo de recursos humanos, fornece um maior conhecimento do desempenho da gestão de pessoas na organização, para possibilitar comparar resultados, identificar pontos de melhoria e subsidiar ações corretivas. Isso porque os desligamentos acontecem por inúmeras razões: aposentadoria, falecimento, exoneração, demissão, posse em cargo não acumulável; IX) alterar o indicador 34A - Percentual de servidores gestores capacitados em competências gerenciais, uma vez que o alcance das metas depende em grande parte da participação dos gestores nos eventos de desenvolvimento gerencial, sendo que em torno de 47% participaram da elaboração do PDI, Plano de Desenvolvimento Individual, por este motivo solicita-se ajustar as metas para: 2018: 40%; 2019: 50% e 2020: 60%; X) alterar o indicador 35 - Percentual de servidores com postos de trabalho mapeados em competências técnicas para “35A - Percentual de unidades organizacionais com postos de trabalho mapeados em competências específicas”, em virtude da dificuldade encontrada em relação ao número de servidores não gestores com postos de trabalho mapeados. Isso acontece porque um servidor hoje pode ser ocupante de um determinado posto de trabalho e amanhã requerer mudança de lotação. Além disso, o denominador frequentemente sofre alterações devido à aposentadorias, exonerações e outros tipos de



PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

desligamento; XI) alterar a meta do indicador 44 para 68% em 2020 - Percentual de unidades instaladas em imóveis com infraestrutura física predial adequada – Varas do Trabalho, Foros e Postos Avançados, observando a necessidade de adequação ao contexto atual em razão da não finalização da obra do Fórum até 2020, e considerando a execução de outras possibilidades (aquisição em Gov. Valadares, inaugurações em Poços e Sete Lagoas, bem como todas as adequações de acessibilidade eventualmente possíveis no interior); XII) alterar o indicador 45A - Índice de adequação tecnológica das unidades administrativas e judiciárias à política de distribuição de recursos de TIC estabelecida para o TRT-MG, uma vez que ocorreu a revogação do da IN N. 03, de 20 de abril de 2015 e entrada em vigor da IN N. 30, de 18 de abril de 2017; XIII) excluir os indicadores 48 Índice de reuniões de planejamento e execução orçamentária realizadas e 49 - Índice de participação nas reuniões de planejamento e execução orçamentária, destacando que o indicador deve traduzir de maneira concisa e consistente os resultados almejados em cada objetivo estratégico, pautando pontos principais que devem ser gerenciados. A realização de reuniões caracteriza-se pelo *modus operandi*. Luciana Correa Cruz Hahne, representando a Diretora de Orçamento e Finanças argumentou que os resultados da DOF são positivamente impactados pelas reuniões de orçamento e acredita que os indicadores devam ser mantidos. Patrícia Reis esclareceu que as reuniões são muito relevantes para a coordenação dos trabalhos, entretanto sua realização não mede resultados estratégicos, o que foi corroborado por Gilberto Atman. O Diretor-Geral enfatizou que o remanejamento de verba orçamentária deve se pautar no Plano de Aquisições, instrumento de planejamento eficaz para tal finalidade. O Secretário de Licitações e Contratos sugeriu a criação futura de um indicador que demonstre a efetividade da gestão orçamentária, com por exemplo “percentual de execução orçamentária por quadrimestre”. Os presentes concordaram que a proposta de exclusão dos indicadores deve ser submetida à apreciação da Comissão de Gestão Estratégica; XIV) alterar os indicadores 51 - Índice de execução de restos a pagar não processados (exercício anterior) e 52 - Índice de execução de restos a pagar não processados (dois exercícios anteriores), em virtude dos valores mais expressivos inscritos em RAP serem empenhos estimativos e é comum que na execução dos mesmos ocorrerem sobras a cancelar, logo deveria expurgar os valores referentes a RAP cancelado, por este motivo a sugestão de alteração da fórmula de cálculo. A Secretária de Comunicação Social demonstrou interesse em propor alteração para o indicador 24A - Número de acessos às redes sociais, ao Youtube e às notícias e banners publicados no site do Tribunal. Patrícia



PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

Reis esclareceu que as propostas serão avaliadas na reunião com a Comissão de Gestão Estratégica que ocorrerá no dia 04.10.2018, próxima quinta-feira. Na sequência Bruno Torrozo e Renata Nunes passaram a informar o andamento da atualização da carteira de projetos, considerando as recomendações já proferidas pelo Comitê de Projetos. Esclareceram que as iniciativas estratégicas vieram no bojo do processo de revisão do Plano Estratégico 2015/2020, da propositura de magistrados e servidores, do alinhamento realizado com as propostas advindas da construção da cadeia de valor, sendo elas: I) Solicitação de Projeto Estratégico a) Governança e gestão do lançamento de dados da área judiciária; b) Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de documentos administrativos do TRT3; c) Processos de 1º grau com movimentos antigos; d) Lotação virtual; e) Mutirão e f) Programa Leading Cases – Administração de Justiça Consensual; II) Solicitação de Ação Estratégica: e-Sentença e III) Encerramento de Projeto Estratégico, sendo por conclusão o PROJ16033 – Política de Comunicação do TRT3 e por cancelamento o PROJ15019 – Desenvolvimento do módulo de precatório do PJe-JT. Os membros do grupo estratégico validaram as propostas apresentadas e asseveraram que o ideal é que elas entrem em vigor a partir de janeiro de 2019. A Chefe da Seção de Planejamento e Estatística esclareceu que o próximo passo é a avaliação da proposta de revisão pela Comissão de Gestão Estratégica em reunião que ocorrerá no dia 04.10.2018 e posterior encaminhamento para referendo do Tribunal Pleno. Após, Patrícia Reis apresentou os resultados do Plano Estratégico do Regional, destacando que o percentual de objetivos estratégicos que tiveram as metas relacionadas alcançadas foi de 43%, 21% dos objetivos obtiveram metas parcialmente alcançadas, 36% de metas relacionadas não alcançadas. Para oferecer dados mais detalhados, Patrícia Reis passou a descrever a situação dos indicadores estratégicos, destacando que 53% tiveram suas metas cumpridas, 3% ficaram com as metas próximas dos valores estipulados para cumprimento, 25% dos indicadores não tiveram suas metas cumpridas e 15% ficaram sem aferição, por impossibilidade de medição. Esclareceu que em relação aos indicadores que se encontram com o farol vermelho as propostas de melhoria já foram discutidas ao longo da reunião quando da apresentação do item 1 da deliberação da RAE anterior e do conteúdo das propostas de revisão do Plano Estratégico supracitadas. Dando continuidade, Patrícia Reis apresentou o desempenho das metas nacionais:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

METAS GERAIS 2018	1º GRAU	2º GRAU	Resultado
Meta 1: Julgar pelo menos 92% da quantidade dos processos de conhecimento distribuídos no período			135,07%
Meta 2: Identificar e julgar, até 31/12/2018, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2016, no 1º e 2º graus			105,05%
Meta 3: Aumentar o Índice de Conciliação na Fase de Conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014, em 2 pontos percentuais, no ano corrente, com cláusula de barreira de 48%	84,65%		
Meta 5: Baixar pelo menos 92% do total de casos novos de execução no ano corrente	107,25%		
Meta 6: Identificar e julgar, até 31/12/2018, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015 no 1º grau e até 31/12/2016 no 2º grau	100,11%	114,61%	
Meta 7: Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior			122,98%

Obs.: resultado por desempenho acumulado (SIGEST)

METAS ESPECÍFICAS 2018	Resultado
Meta 1 - iGov Pessoas (40%)	47%
Meta 2 IEOD: Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado - Aumentar o Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado em 2 pontos percentuais em relação à média de 2011, 2012, 2013, em 2017 (85,13%)	Acumulado até agosto (56,75%) – 42,72%
Meta 3 – iGovTI (40%)	69%
Meta 4 TMDP2: Tempo Médio de Duração do Processo – 2ª Instância Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2016 (70 dias)	Acumulado até agosto 70 dias
Meta 5 TMDP1c: Tempo Médio de Duração do Processo – 1ª Instância – Fase conhecimento: Reduzir o prazo médio em 2% em relação ao ano base 2016 (147 dias)	Acumulado até agosto 213 dias
Meta 12 – iGov (40%)	43%
Meta 13 - IAM: Índice de alcance de metas: atingir e manter a pontuação entre 62 e 78% até 2020	Acumulado até agosto 58%

Obs.: resultado por realizado acumulado (SIGEST)

Patrícia Reis observou que em reunião ocorrida em Brasília em setembro de 2018 os representantes dos Tribunais Regionais solicitaram a retirada da meta 3 - Índice de Conciliação, uma vez que a conciliação deve ser proposta e não imposta o que não contou com o apoio dos membros do CNJ. Informou, ainda, que o baixa resultado no IEOD tem correlação direta com problemas na execução do Projeto Estratégico 15028 “Implantação do Novo Fórum de Belo Horizonte. Aproveitou, ainda, para reforçar que meta não é para punir e sim para dar diretriz e foco na implementação de ações de melhoria que visem alavancar os resultados institucionais. Ato contínuo, passou-se à apresentação da situação dos Projetos Estratégicos. O servidor Bruno Torrozo apresentou o andamento da execução dos projetos estratégicos em junho de 2018, destacando que 21,28% dos projetos estavam em andamento, sem entraves; 12,77%, com problemas pontuais; 6,38% dos projetos apresentavam algum tipo de problema mais grave; 51,06% dos projetos foram encerrados e 8,51% não foram iniciados ou estavam



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

suspensos. O Chefe do Escritório de Projetos ressaltou que o Projeto Estratégico 15017 – Portal Interativo não será encerrado, considerando que a SECOM entendeu pertinente acrescentar uma entrega que trata da capacitação de servidores para realizar as devidas atualizações das informações no portal o que contou com a anuência da Secretária de Comunicação Social, Lucineide Pimentel. Em seguida, a Patrícia Reis deu por encerrada a reunião. Para constar, eu, Patrícia Helena dos Reis, , Chefe da Seção de Planejamento e Estatística, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos presentes.

Paulo Sergio Barbosa Carvalho
Diretor-Geral

Telma Lúcia Bretz Pereira
Diretora Judiciária

Douglas Eros Pereira Rangel
Secretário-Geral da Presidência

Júnia Paula Fernandes de Oliveira
Representando a Diretora de Administração

Lucineide Pimentel Teixeira
Secretária de Comunicação Social

Gilberto Atman Picardi Faria
Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicações

Sheyla de Campos Mendes
Diretora de Gestão de Pessoas

Debora Melo Mansur
Representando a Secretária da Escola Judicial

Luciana Correa Cruz Hahne Marília Souza Diniz Alves



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

Representando a Diretora de Orçamento e Finanças

Eliana Greco de Vasconcelos

Representando a Corregedoria Regional

Vinicius Moreira de Lima

Assessor da Vice-Corregedoria Regional

Dra. Wilméia da Costa Benevides

Diretora do Foro de Belo Horizonte

Ana Rita Goncalves Lara

Diretora de Administração

Andre Luiz Morais Mascarenhas

Secretário de Licitações e Contratos

Antonio Claudio dos Santos Rosa

Secretário de Controle Interno

Olavo de Oliveira Dantas

Servidor da Secretaria de Controle Interno

Juliano Andrade Maria

Servidor da Secretaria de Controle Interno

Marina Milagres Braz de Vasconcelos

Servidora da Diretoria de Gestão de Pessoas

Bruno Pereira Torrozo

Servidor da Secretaria de Gestão Estratégica

Erika Goulart Santos

Servidora da Secretaria de Gestão Estratégica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

Igor Daniel Costa Jones

Servidor da Secretaria de Gestão Estratégica

Ludmila Azalim Rodrigues da Costa

Servidora da Secretaria de Gestão Estratégica

Victor Aubin Verzani Souza

Servidora da Secretaria de Gestão Estratégica